

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**TEORIA DO PRODUTO: UMA CONSTRUÇÃO
ALTERNATIVA À LEI DE SAY NA ABORDAGEM DO
EXCEDENTE**

CARLOS PEDROSA JUNGSTEDT
Matrícula nº: 109148759

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Maria Mello de Malta

OUTUBRO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**TEORIA DO PRODUTO: UMA CONSTRUÇÃO
ALTERNATIVA À LEI DE SAY NA ABORDAGEM DO
EXCEDENTE**

CARLOS PEDROSA JUNGSTEDT
Matrícula nº: 109148759

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Maria Mello de Malta

OUTUBRO 2017

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora, Maria Malta, desde meu ingresso na universidade como membro do corpo técnico até este momento final como estudante pude contar com seu apoio e orientação. Não é exagero dizer que este trabalho não seria possível sem a sua ajuda.

Obrigado à todos que me acompanharam e apoiaram durante caminho às vezes tortuoso da graduação, Anna Lúcia nossa secretária e defensora, Marina minha companheira, meus pais e aos professores heterodoxos por me mostrarem que ainda pode haver esperança em meio ao obscurantismo.

RESUMO

Este trabalho procura apresentar as definições de Economia Política Clássica, e trabalhar com a visão sraffiana da abordagem do excedente. À partir desta abordagem buscamos apresentar o papel da lei de Say na teoria econômica à partir de sua formulação original por Jean-Baptiste Say, sua utilização por economistas clássicos, sua formulação e uso nos trabalhos de Ricardo e as consequências disto para as teorias do produto e acumulação nos autores clássicos, as principais críticas ao seu uso e finalmente as alternativas propostas à ela por Kalecki e Keynes.

Índice

INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo I - ABORDAGEM DO EXCEDENTE: UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE O CONCEITO DE ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA.....	9
I.1 - Quatro definições para a Economia Política Clássica.....	9
I.2 - Marshall e Veblen.....	9
I.3 - Schumpeter e os marxistas.....	10
I.4 - A interpretação de Sraffa sobre a contribuição marxista.....	12
Capítulo II - LEI DE SAY: TEORIA DO PRODUTO NA ABORDAGEM DO EXCEDENTE E A SUA PRINCIPAL CONTROVÉRSIA CONTEMPORÂNEA.....	14
II.1 - O caminho para uma teoria do produto na abordagem do excedente.....	14
II.2 - A lei de Say em Ricardo.....	15
II.3 - A lei de Say e a determinação da taxa de lucro em Ricardo e Smith.....	17
Capítulo III - CRÍTICAS E ALTERNATIVAS A LEI DE SAY.....	20
III.1 - A crítica de Marx à utilização da lei de Say.....	20
III.2 - O princípio da demanda efetiva em Kalecki.....	22
III.3 - O princípio da demanda efetiva em Keynes.....	24
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

INTRODUÇÃO

Dada a sua presença nas discussões sobre a história do pensamento econômico até os dias de hoje, a lei de Say se apresenta como um tema relevante para se pensar a teoria econômica. Em sua formulação original a referida lei foi formulada por Jean-Baptiste Say no capítulo XV de seu *Tratado de Economia Política*, e parecia ser de tão inexpressiva importância teórica, que seu próprio autor a violava ao longo do seu *Tratado*. Essa contradição convida o estudante de economia política a um questionamento sobre este tema.

O uso da lei de Say de forma não consistente, como fundamento para a determinação do nível produto, não foi uma prática exclusivamente realizada por Say. Na verdade em sua companhia estão muitos economistas da escola clássica, dentre eles alguns tão notórios quanto Adam Smith.

O primeiro autor a se preocupar com a utilização consistente deste princípio ocupando o papel de uma teoria do produto e a partir daí conectando-se com uma teoria da acumulação foi David Ricardo. Desde a publicação de seus trabalhos, a lei de Say ganhou grande visibilidade e se tornou uma herança (maldita para alguns) importante para a teoria econômica. A partir de então economistas contemporâneos de Ricardo e todos os seus sucessores continuaram a discutir o tema até os dias de hoje.

Partindo da perspectiva Sraffiana da concepção de economia política clássica, identificando nas teorias do valor e da distribuição, o debate teórico sobre a lei de Say se dá de forma diferente da história do pensamento econômico tradicional. Na concepção Sraffiana existem duas perspectivas analíticas diferentes, que são classificadas de acordo com a sua abordagem sobre o valor e a distribuição. Estas duas perspectivas são identificadas como a abordagem marginalista e a abordagem do excedente.

Podemos encontrar críticos e defensores da lei de Say tanto entre autores que adotam um teoria do valor e distribuição marginalista como entre os que adotam a abordagem do excedente. Entre os críticos encontramos Malthus, Marx e Kalecki, na abordagem do excedente, e entre os marginalistas Keynes desenvolve um trabalho singular.

Dentre os que utilizam a lei de Say, muitos deles são autores clássicos fundadores da abordagem do excedente. No caso dos marginalistas, é possível dizer que estes não fazem uso real da lei de Say, no sentido que sua teoria do valor e da distribuição são resultado dos princípios de pleno emprego dos fatores nos seus respectivos mercados por meio do confronto

entre suas curvas de oferta e demanda, sem a necessidade de recurso à lei de Say. Apesar disso, como os resultados para a determinação do nível de produto são equivalentes aos do uso da lei de Say nos clássicos, podemos inferir que seriam apoiadores da referida lei como um instrumento primitivo substitutivo à teoria do produto.

Assim, a discussão sobre a lei de Say, seu papel nas diversas escolas econômicas e sua validade teórica faz parte do estudo de teoria econômica até os dias de hoje, especialmente no que diz respeito às suas implicações sobre proposições de política econômica e no processo de desenvolvimento. Neste sentido, buscou-se neste trabalho desenvolver um argumento com base na visão sraffiana de história do pensamento econômico sobre a possibilidade de adotar-se a abordagem do excedente para teoria do valor e distribuição e incorporar o princípio da demanda efetiva em uma estrutura analítica que sirva como base para uma formulação alternativa para teorias do crescimento e do desenvolvimento econômico.

No primeiro capítulo buscamos identificar as quatro visões principais do que se convencionou definir como autores clássicos, bem como os critérios utilizados por cada visão a fim de evidenciar a quais autores estamos falando quando nos referimos aos economistas políticos clássicos ao utilizarmos a abordagem do excedente.

No capítulo 2 procuramos apresentar o lugar que a lei de Say ocupa na análise dos autores identificados como expoentes da economia política clássica pela abordagem do excedente, para classificar o seu papel como substituta de uma teoria do produto nestes autores. Deste modo buscou-se evidenciar como a lei de Say funciona como um conector entre a teoria do valor e da distribuição e a teoria da acumulação nos clássicos, bem como apresentar a primeira formulação crítica a lei de Say no debate entre Malthus e Ricardo sobre acumulação.

No capítulo 3, procuramos concluir com a apresentação das principais críticas a lei de Say, que buscam explicações para as crises econômicas de forma a incorporar visões teóricas alternativas quanto a teoria do produto, nas formulações de Kalecki e Keynes do princípio da demanda efetiva, a fim de construir novas bases para proposições de política econômica e no processo de desenvolvimento.

Um esforço é feito ao longo do texto para demonstrar que a teoria do valor e distribuição utilizada, seja a abordagem marginalista ou do excedente, ocupa um local analítico distinto das considerações sobre a relação entre poupança e investimento que definirão a forma que tomarão as teorias do produto e acumulação resultantes. Portanto, ao criticarmos as teorias do produto com base no uso da lei de Say de autores clássicos, não estaremos criticando a teoria do valor e distribuição subjacente.

Capítulo I - ABORDAGEM DO EXCEDENTE: UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE O CONCEITO DE ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

I.1 - Quatro definições para a Economia Política Clássica

Na tradição da história do pensamento econômico convencionaram-se quatro visões para a definição do que chamamos de Economia Política Clássica: a de Marshall e Veblen, a de Schumpeter, a marxista e a desenvolvida por Sraffa tendo como base a contribuição de Marx. As divergências entre as quatro visões apresentadas incluem controvérsias tanto sobre quais autores seriam incluídos na tradição clássica do pensamento econômico quanto sobre qual seria o período histórico considerado, variando em até cem anos dependendo de que visão estamos analisando. Em seguida vamos apresentar cada uma das quatro visões mencionadas.

I.2 - Marshall e Veblen

A visão de Marshall e Veblen é resultado de um “acordo” que Alfred Marshall estabelece entre a tradição ricardiana e a revolução marginalista, buscando enfatizar que haveria uma continuidade entre os autores clássicos e os neoclássicos. A escola clássica teria início com a obra de Smith e incluiria Ricardo e John Stuart Mill e o período neoclássico teria início com a publicação da obra de Marshall. De acordo com esta perspectiva não haveria nenhuma ruptura significativa entre os dois períodos, apenas uma evolução contínua onde cada autor sucede outros autores, cada um contribuindo de forma mais ou menos consistente para uma linha teórica única que alcança hoje seu grau mais avançado de desenvolvimento na forma que se apresenta o *mainstream* do pensamento econômico atual.

Por esta definição, a história do pensamento econômico é reescrita de modo a enfatizar que seu desenvolvimento é uma via de mão única. Os representantes do pensamento clássico se resumiriam à um número limitado de autores ingleses e escoceses inseridos numa linha do tempo que tem início um pouco antes do período vitoriano até a publicação da obra de

Marshall. Deixa-se de considerar a idéia de uma escola clássica do pensamento econômico de forma separada do desenvolvimento da escola neoclássica, haveria apenas um “período clássico” que precede o período atual.

Esta idéia de continuidade e unidade foi reforçada por Veblen (1919), com a criação do termo neoclássico para se referir à escola de pensamento que possuía Marshall como figura principal. De modo a enfatizar a continuidade entre os dois períodos, Veblen se apóia na idéia de uma continuidade filosófica entre Smith, Ricardo e autores marginalistas, identificando como elemento comum de sua filosofia a abordagem utilitarista e a hipótese psicológica hedonista. Fica claro então que o suposto elemento unificador utilizado para respaldar a idéia de continuidade tem um caráter não-econômico, ignorando completamente as diferenças entre as análises teóricas para economia entre os autores dos dois períodos. De fato, avaliando exclusivamente as linhas teóricas de cada um, percebe-se que a linha de pensamento dos neoclássicos cria uma teoria que buscava criticar e substituir o pensamento clássico. Faria mais sentido referir-se aos neoclássicos então como “anti-clássicos”¹.

Esta interpretação da história do pensamento econômico, utilizando critérios de classificação não-econômicos cria outros problemas. Por exemplo, nesta visão, dois autores que comungam da mesma teoria do valor e distribuição, como Ricardo e Marx, de acordo com essa classificação seriam antagonistas pelo simples fato de Ricardo adotar o utilitarismo e a hipótese psicológica hedonista enquanto Marx não o faz.

Esta seria a visão dos economistas ortodoxos, dentre os heterodoxos podemos encontrar ainda mais três visões distintas.

I.3 - Schumpeter e os marxistas

A visão de Schumpeter e dos marxistas possui um ponto de partida comum, a idéia de ruptura entre os clássicos e neoclássicos. Essa ruptura seria representada pela mudança na teoria do valor entre os clássicos e marginalistas. Autores pioneiros da escola marginalista como Jevons e Wicksteed posicionavam suas idéias em oposição direta à perspectiva de “custo de produção” da “escola ricardiana”. De acordo com o próprio Jevons (1871)², a

¹Aspromourgos (1986)

²A teoria da troca, capítulo IV

opinião nova, na época, é de que o valor depende inteiramente da utilidade, em contraste com a opinião prevalecente até então de que este teria sua origem no trabalho. A escola austríaca classificava então os clássicos como autores que possuíam uma teoria do valor baseada no trabalho e buscavam criticar essa teoria e substituí-la por essa nova perspectiva utilitarista.

A idéia de que há uma ruptura fundamental entre os clássicos e os marginalistas é partilhada por Schumpeter e pelos marxistas. Porém, enquanto a análise de Schumpeter sobre a economia clássica reforça a perspectiva dos pioneiros da escola marginalista, considerando que o desenvolvimento teórico dos clássicos é pouco rigoroso e que sua teoria deveria ser abandonada e substituída pela teoria desenvolvida por Böhm-Bawerk e pela escola austríaca crítica de Marx e dos ricardianos, os marxistas fazem a leitura oposta. A teoria dos clássicos, apesar de ideologicamente equivocada, seria válida e merecia ser retomada e desenvolvida, não substituída.

O critério utilizado tanto por Schumpeter quanto pelos marxistas para definir os clássicos é a sua teoria do valor. Os clássicos seriam os autores que identificam o trabalho como a fonte do valor, em oposição aos marginalistas que consideram que a fonte do valor seria a utilidade.

A discussão sobre a origem do valor envolve conceitos que vão além do campo econômico e material, nos obrigando a incorporar conceitos filosóficos sobre o que, de fato, impõe valor às mercadorias e que trazem incertezas aos critérios de definição das escolas de pensamento.

A diferenciação entre autores que consideram o trabalho ou a utilidade como origem do valor é menos exata do que parece à primeira vista. Smith por exemplo considerava que a teoria do valor trabalho era válida somente no estado primitivo, então somente neste caso poderia ser definido como um autor da escola clássica. Ricardo, à partir da 3ª edição dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, deixa de considerar a teoria do valor trabalho como válida. Assim, somente fases específicas do trabalho de Ricardo e Smith, além dos socialistas ricardianos e de Marx se encaixariam plenamente como membros da escola clássica. Autores como William Petty, Richard Cantillon, os fisiocratas, Malthus e outros que consideram mais de uma origem para o valor não poderiam ser classificados como clássicos, assim como qualquer autor que atribuísse a origem do valor à utilidade.

I.4 - A interpretação de Sraffa sobre a contribuição marxista

A quarta visão, desenvolvida à partir da interpretação de Sraffa do que seria a escola clássica, não se utiliza de conceitos fora do escopo da economia, como fizeram Marshall e Veblen, e evita os problemas de categorização baseados na teoria do valor de cada autor adotando um conceito que Sraffa identifica como presente em todos os autores clássicos, permitindo a comunicação e discussão em termos comuns desde os trabalhos de William Petty em 1650 até Ricardo em 1823. O conceito comum aos autores clássicos, de acordo com Sraffa, é o conceito do excedente.³

Antes de Sraffa, o próprio Marx já havia considerado que a grande descoberta dos autores que delineou como clássicos era o conceito do excedente⁴, identificando porém que suas teorias da acumulação seriam limitadas pela presença, mesmo que implícita, da Lei de Say na sua argumentação.

Temos, enfim, no excedente um conceito econômico que é a base de uma determinada teoria do valor e distribuição. Utilizaremos este conceito para definir como autores clássicos todos os que o utilizam como base de sua análise até o advento da revolução marginalista.

De acordo com Garegnani, temos duas abordagens sobre as teorias do valor e distribuição. Uma baseada no conceito do excedente⁵, onde preços e quantidades são determinados em estágios separados, e outra, adotada pelos marginalistas, que baseando-se nos conceitos de utilidade e produtividade marginal, dá origem à uma teoria que constrói

³ A abordagem sraffiana afirma que o conceito do excedente seria a referência fundamental da economia política clássica. Na abordagem do excedente sraffiana são dados determinados fora do núcleo teórico as condições técnicas de produção, a taxa de salário real e o produto social. De posse destes dados o excedente é determinado a partir da diferença entre o produto social e o consumo necessário, onde o consumo necessário é a taxa de salário multiplicada pelo número de trabalhadores empregados. Estes são os mesmos dados utilizados na construção das teorias clássicas do valor e distribuição. Para uma análise mais aprofundada do que seja a abordagem sraffiana, ou do excedente, ver, por exemplo, Garegnani(1980), Garegnani (1998), Ciccone (1994) e Ciccone (1998).

⁴ Marx considerava que a principal falha da economia política clássica residia no fato de que seus autores não reconheciam que o seu objeto de estudo e suas categorias analíticas eram determinadas historicamente, e não fruto de algum processo natural que as definia. Este é um ponto importante para diferenciar o pensamento de Marx dos economistas políticos clássicos, e neste sentido não é possível incluí-lo nesta escola de pensamento. Esta diferença evidencia um outro projeto científico que faz uso de métodos diferentes.

⁵ De acordo com a abordagem do excedente, os economistas clássicos comungam das mesmas teorias do valor e distribuição, que serão retomadas por Marx, Kalecki e Sraffa em fases posteriores. Desta forma, a abordagem do excedente é composta por aqueles economistas que seguir as mesmas teorias do valor e distribuição e possuir a noção de excedente como referência analítica. Sendo assim, os economistas clássicos são os iniciadores desta abordagem.

o valor e distribuição de forma simultânea, determinando preços e quantidades simultaneamente.

Apresentadas aqui as quatro visões do que se define como economia política clássica, seguiremos a visão sraffiana, que considera as teorias do valor e distribuição como base de classificação para as escolas do pensamento.

Capítulo II - LEI DE SAY: TEORIA DO PRODUTO NA ABORDAGEM DO EXCEDENTE E A SUA PRINCIPAL CONTROVÉRSIA CONTEMPORÂNEA

II.1 - O caminho para uma teoria do produto na abordagem do excedente

As teorias de valor e distribuição que utilizam a abordagem do excedente, que incluem na visão de Sraffa, o pensamento da economia política clássica, tomam como dados os salários reais, o nível e a composição do produto e as técnicas de produção. À partir destes são determinados a taxa de lucro e os preços relativos. Como neste contexto o nível do produto é dado, este núcleo teórico não aborda as relações funcionais entre poupança, investimento e taxa de lucro. Isto reflete o fato de que a principal preocupação dos autores clássicos era de como era determinado e distribuído o excedente.

Para a construção de uma teoria do produto partindo de uma teoria do valor e distribuição, Eatwell (1983) afirma que estas devem ser capazes de determinar o nível normal e tendência do produto em termos de forças que se considera persistentes e dominantes. Conseqüentemente, se iniciamos nosso caminho por uma teoria do valor e distribuição, devemos ser capazes de indicar o efeito que preços e distribuição de renda tem sobre a determinação do nível normal do produto e sua tendência para este nível.

Eatwell (1983) afirma ainda que se seguirmos a argumentação de Garegnani (1960), a relação entre a teoria do valor e distribuição e a teoria do produto é definida pela relação entre poupança e investimento. Por sua vez, a teoria sobre a taxa de lucro desempenha o papel de relacionar poupança e investimento e determina a ligação entre o fenômeno monetário e a determinação do produto em termos reais.⁶

Reforçamos aqui que o fato da questão da acumulação se dar fora do núcleo teórico da abordagem do excedente não significa que os autores clássicos não a incluíam em suas

⁶“Um papel importante será realizado pelas teorias da taxa de lucro, na medida em que essa taxa é relacionada (de forma radicalmente diferente nas diferentes teorias) com a relação poupança-investimento, e porque determina a ligação entre o fenômeno monetário e a determinação do produto em termos reais” (Eatwell, 1983, p. 98)

análises. De fato a questão da variação do produto aparece de forma mais aplicada, não necessariamente como uma questão teórica, e mais como uma questão de política econômica a ser resolvida com base da compreensão das principais forças determinantes do sistema econômico capitalista. A análise do produto é conduzida então numa etapa seguinte à análise do valor e distribuição.

Na abordagem do excedente então, as teorias do valor e distribuição, e as teorias do produto e acumulação se encontram formalmente separadas. A conexão entre as duas deve ser feita por uma teoria da taxa de lucro que relacione poupança e investimento.

II.2 - A lei de Say em Ricardo

O ponto de vista de Ricardo, partilhado pelos autores clássicos em geral, é de que o investimento seria o responsável pelo crescimento da economia, e na sua concepção a fonte do investimento seria a parcela da renda dos capitalistas, ou seja, do lucro, que não fosse gasta em consumo improdutivo. A parcela do lucro que é poupada pelas classes capitalistas é então o fundo que provém todo o gasto produtivo da economia e determina variações na quantidade do produto. Essa argumentação necessita de uma teoria do produto que seja compatível com essa visão sobre o papel dos lucros na acumulação.

Neste contexto se entende que a Lei de Say aparece na obra de Ricardo somente no capítulo XXI dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, intitulado “Efeitos da acumulação sobre os juros e lucro”. É importante observar que seu surgimento se dá após a apresentação e discussão das questões sobre valor e distribuição.

De acordo com Garegnani (1983), é na obra de Ricardo que se dá a discussão relevante sobre a relação entre a Lei de Say e a abordagem do excedente, o que se verifica por duas razões: se trata da primeira vez que a idéia de que uma decisão de poupança corresponde de maneira direta ou indireta à uma decisão de investimento⁷ e também a primeira vez que essa idéia é usada de forma consistente por toda a argumentação⁸.

O fato de Ricardo e Smith estarem de acordo que as classes capitalistas têm uma menor propensão ao gasto improdutivo que outras classes sociais é um elemento importante para a discussão da distribuição como base do processo de acumulação. No trabalho de todos os clássicos a existência do excedente, ou seja, a existência de um produto maior do que o

⁷O que implica que a oferta agregada sempre será igual à demanda agregada.

⁸Ricardo mostra no capítulo XXI dos *Princípios* que Smith não é consistente no seu uso desta noção.

necessário para reprodução da economia na mesma escala, é a condição essencial para que haja um processo de acumulação⁹.

Tanto Ricardo quanto Smith aceitam a hipótese da frugalidade das classes capitalistas, e dão como certo que toda decisão de poupança se transformaria de maneira direta ou indireta em investimento. Ricardo nomeou essa relação entre poupança e investimento de Lei de Say e apresentou essa idéia da seguinte forma:

“No entanto mostrou Say, de maneira mais satisfatória, que não há nenhum montante de capital que não possa ser empregado em um país, porque a procura é somente limitada pela produção. Ninguém produz a não ser para consumir ou vender, e jamais se efetua uma venda a não ser com a intenção de comprar outra mercadoria que possa ser imediatamente utilizada ou possa contribuir para a produção futura.”

Desta forma Ricardo faz com que a oferta agregada seja obrigatoriamente igual à demanda agregada.

A Lei de Say ocupa na teoria de Ricardo o lugar de uma teoria do produto. Garegnani (1983) argumenta que este fato “não é o resultado de uma análise de um mecanismo investimento-poupança, mas o resultado da falta de tal análise”, e prossegue, afirmando que a teoria da distribuição de Ricardo se encontra aberta, no sentido que mesmo com a utilização da lei de Say, não é possível construir uma teoria do produto satisfatória, pois não existe mecanismo ou premissa que justifique a tendência do investimento se ajustar à poupança.

Ricardo não apresenta então uma análise ou mecanismo que explique as interações entre poupança e investimento, somente hipóteses *ad-hoc* sobre o padrão de gasto de cada classe social, e em particular para o funcionamento da Lei de Say, da classe capitalista. Essas hipóteses justificam que toda decisão de poupança se transforma em seguida em uma decisão de investimento.

Por fim, Eatwell (1983) aponta que a formulação da Lei de Say se baseia não só em tais hipóteses sobre o comportamento das classes sociais, mas também em uma noção de que a moeda teria somente uma função de facilitar as trocas, excluindo seu papel de reserva de valor e como instrumento financeiro, e a concepção de uma economia que é um fluxo circular de mercadorias, onde a oferta de um produto é ao mesmo tempo a demanda por outro produto.

⁹“No trabalho dos clássicos, a existência de um excedente é a condição necessária para a acumulação de capital. Para a maioria deles a existência de excedente também é vista como uma condição suficiente (Lei de Say), pelo menos no que diz respeito à parte do excedente que se refere aos lucros” (Ciccone, 1998, p. 443).

II.3 - A lei de Say e a determinação da taxa de lucro em Ricardo e Smith

Smith e Malthus consideravam que o processo de acumulação de capital levaria à uma queda na taxa de lucro. A argumentação de Smith¹⁰ tem como ponto de partida um mercado em particular, onde um excesso de capital causaria um acirramento da concorrência entre capitalistas e uma conseqüente queda na taxa de lucro.

Em contrapartida Ricardo (1817) conclui que “nenhuma acumulação de capital pode ocasionar uma queda permanente nos lucros, a menos que determine a elevação dos salários”. Em outras palavras, se não houvesse uma deterioração nas condições de produção dos bens de subsistência dos trabalhadores (utilização de terras de pior qualidade nos setores que produzem os bens de subsistência dos trabalhadores), não haveria motivo para uma alteração da taxa de lucro causada por aumento no nível de acumulação ocasionar uma queda na taxa de lucro.

Considerando que, de acordo com Ricardo, Smith e Malthus concordavam com ele de que o excedente da economia seria inteiramente utilizado em consumo de luxo ou no processo de acumulação (ou seja, que a poupança sempre seria igual ao investimento)¹¹, ele não via porque Smith considerava que os lucros deveriam se comportar de forma diferente da sua proposta. Em suas próprias palavras:

“Adam Smith atribui constantemente a diminuição dos lucros à acumulação de capital e a concorrência dela resultante sem jamais atentar para a crescente dificuldade de obtenção de alimentos para o número adicional de trabalhadores empregados com o capital adicional” (Ricardo, 1817, Cap.21) e cita Smith:

“O aumento do capital”, diz ele, “que eleva os salários, tende a baixar seus lucros. Quando os capitais de muitos comerciantes ricos são aplicados na mesma atividade, sua concorrência mútua tende naturalmente a baixar seus lucros; e quando os capitais aumentam igualmente em todas as diferentes atividades desenvolvidas num mesmo país, a mesma concorrência deve produzir o mesmo efeito em todos eles”¹²

Smith parecia supor que suas considerações sobre o efeito de um excesso de capital em um mercado particular valeriam para toda a economia. Com base nesta idéia Malthus critica Ricardo, propondo que o consumo improdutivo das classes que se apropriam do

¹⁰Garegnani (1983) aponta que o argumento de Malthus é somente uma extensão do argumento de Smith

¹¹“Em Ricardo e Malthus, assim como em Adam Smith antes deles, a questão de uma possível divergência entre estas duas magnitudes nunca tinha sido colocada” (Garegnani, 1983). As magnitudes mencionadas são poupança e investimento.

¹²Smith (1776)

excedente seria essencial para a absorção do aumento da produção causado pelo processo de acumulação, e assim impedir a queda na taxa de lucro que Smith previu.

A resposta de Ricardo tem como base sua teoria da taxa de lucro. Para ele a taxa de lucro é determinada por sua teoria da renda da terra. Ele afirma que se houver um excedente, este será partilhado pelas classes capitalistas e proprietários da terra. Terras de qualidade inferior, quando utilizadas de forma produtiva têm um custo de produção maior, e utilizando o princípio da uniformidade da taxa de lucros do sistema (consequência da concorrência entre capitalistas), é na terra de pior qualidade que se determina a taxa de lucro.

Ricardo propõe então que há uma relação inversa entre taxa de salários e taxa de lucro. E no seu mecanismo os salários são determinados pelo nível de subsistência, sendo portanto a variável independente da distribuição. Diante de um processo de acumulação os lucros só poderiam cair se a subsistência se tornasse mais cara, o que só poderia ocorrer no caso de uma diminuição da produtividade do trabalho, causada pelo uso de terras cada vez menos férteis nos setores produtores dos bens de subsistência. Não nesta argumentação não há espaço para uma influência permanente da demanda sobre os lucros.

De acordo com Ricardo, as idéias de Smith sobre a queda na taxa de lucros causada pelo processo de acumulação não seriam consistentes com a teoria sobre preços naturais e de mercado apresentada pelo próprio Smith no capítulo VII de “*A Riqueza das Nações*”:

“a atividade em que se aplica o capital é sempre uma questão de escolha e portanto, não pode haver, durante um certo período, um excesso de qualquer mercadoria, pois se isso ocorresse seu preço cairia abaixo do preço natural e o capital seria transferido para qualquer outra atividade mais rentável. Nenhum outro autor mostrou de forma mais satisfatória e sagaz que Smith a tendência que tem o capital de se transferir das atividades em que os bens produzidos não conseguem pagar as despesas de produção e de transporte até o mercado, incluindo os lucros normais”
(Ricardo, 1817, p.198, n.4)

O raciocínio de Ricardo é de que o argumento de Smith sobre o efeito da concorrência na taxa de lucro seria uma generalização equivocada do argumento sobre o aumento do produto em um mercado em particular (“*partial glut*”) para o produto agregado da economia. No caso de uma mercadoria específica, o aumento da renda gerado pelo aumento de sua produção será usado no consumo de outras mercadorias, e portanto não estaria disponível para absorver o aumento de sua produção, aos mesmos preços. No entanto, generalizando para a economia como um todo, um aumento do produto em todos os mercados, nas proporções

corretas, evita que questões de demanda afetem a taxa de lucro do sistema como um todo. Ricardo conclui que essa visão dos lucros que era partilhada por Malthus e Smith era causada por uma compreensão equivocada da conexão entre produção e renda. A identificação das decisões de poupar com decisões de investir, na conexão entre renda e produção, em Ricardo, seria o equivalente a admitir a Lei de Say, onde a demanda é limitada apenas pela produção.

Num sentido mais geral, é possível afirmar que a lei de Say pode ser identificada em todos os autores clássicos da abordagem do excedente, de William Petty até Ricardo, que seria a identificação de todos eles entre a existência de excedente e acumulação. A divisão dos usos do excedente entre consumo de luxo e acumulação (na identidade entre poupança e investimento) significa que a existência de um excedente é condição necessária e suficiente para que ocorra a acumulação.

Capítulo III - CRÍTICAS E ALTERNATIVAS A LEI DE SAY

III.1 - A crítica de Marx à utilização da lei de Say

De acordo com Marx, a utilização da lei de Say pelos clássicos ocorre devido à uma interpretação equivocada sobre o funcionamento de uma economia capitalista monetária, argumentando que neste tipo de economia existe a possibilidade de não realização da produção pelo simples fato de que em uma economia monetária o ato da venda e o ato da compra são separados¹³.

A utilização da lei de Say pelos autores clássicos seria inválida porque concebe a produção de uma economia capitalista monetária como análoga à produção de uma economia de escambo, onde produtos são trocados por outros produtos, e toda produção é realizada com a finalidade de realizar esta troca de um produto por outro¹⁴.

Não se trata de mera coincidência que análise de Marx sobre o funcionamento de uma economia capitalista tem início com um estudo sobre o conceito de mercadoria¹⁵. Segundo ele a economia capitalista se organiza pela necessidade de produzir mercadorias, que são valores de troca, para transformar estas mercadorias na forma mais geral do valor, dinheiro. Dessa forma o objetivo da produção capitalista não é a obtenção de outros produtos por meio de trocas, e sim a obtenção de dinheiro. A presença do dinheiro como forma geral do valor e objetivo último do processo produtivo torna qualquer idéia ou teoria que referencie o funcionamento de uma economia de escambo inadequados para descrever o que ocorre na produção capitalista.

Essa propriedade que diferencia uma economia capitalista monetária de uma economia de escambo, a transformação do “valor de troca” de uma mercadoria para a forma monetária, é a causa da separação entre o ato da venda e uma decisão de consumo na esfera temporal. Essa separação permite o adiamento da decisão de consumo e com a possibilidade de adiamento temos a possibilidade de crise, pois ao contrário de uma economia de escambo

13“Todavia, no estudo sobre o dinheiro, já verificamos que este, tanto na forma em geral diferente da forma natural da mercadoria, quanto na forma de meio de pagamento, encerra a possibilidade de crise” (Teorias da Mais-valia, Vol. II, Capítulo XVII, parágrafo 6, página 929).

14Essa argumentação é apresentada na sua crítica à teoria ricardiana da acumulação no cap. XVII do vol. II de Teorias da Mais-valia.

15O Capital, Vol. I, cap. 1.

onde toda venda corresponde simultaneamente a uma decisão de compra, não há mais um mecanismo que possa garantir que haverá demanda para confrontar a oferta em determinado período de tempo. Marx chama isso de problema da realização. Tendo produzido uma grande quantidade de mercadoria, se não houver quem compre essa mercadoria, não haverá realização do excedente. Eatwell (1983) descreve a possibilidade de crise desta forma:

“Portanto a noção de Marx de separação entre oferta e venda (sale and purchase), se refere à separação, em uma economia monetária, entre a decisão de iniciar a produção e a habilidade de vender as mercadorias produzidas” (Eatwell, 1983).

No entanto, as críticas de Marx às concepções de Smith e Malthus sobre a acumulação de capital e a possibilidade de queda da taxa de lucro indicam que a possibilidade de crise descrita por ele no problema da realização se limitava ao curto prazo. Os problemas com a argumentação destes autores não seriam apenas aqueles apontados por Ricardo (a impossibilidade de queda na taxa de lucros sem um aumento na taxa de salários), mas também o fato de considerarem que os efeitos que descrevem seriam válidos no longo prazo.

“Aí é mister distinguir. Quando Adam Smith explica a queda da taxa de lucro pela superabundância de capital, pela acumulação de capital, refere-se a um efeito permanente e isto está errado. Em contrapartida, superabundância transitória de capital, superprodução e crise são outra coisa. Não há crises permanentes.”(Marx, 1974 p. 932)

Todos os autores clássicos, inclusive Ricardo, consideravam a possibilidade de quebras transitórias nas suas análises, e apesar das suas críticas à utilização da lei de Say, o esquema analítico proposto por Marx não concede às crises um papel determinante em uma teoria do produto que inclua a possibilidade de operação abaixo do pleno emprego de seu estoque de capital e a possibilidade de se efetivar um nível de produto permanentemente mais baixo do que o verificado por níveis anteriores de acumulação. Devemos apontar porém que Marx não se propõe a fazer este tipo de análise de longo prazo e tampouco trabalha com a categoria analítica *pleno emprego*.

Uma teoria do valor que se baseia nas condições de reprodução de um dado nível de produto de um sistema econômico capitalista monetário, deve levar em conta as forças normais e dominantes que determinam o nível e tendência do produto deste sistema, e se aceitamos que o fator monetário desta economia encerra a possibilidade de crises conforme a

análise de Marx, então uma teoria satisfatória deve tratar das crises do sistema como algo além de um fenômeno com alcance de curto prazo, as crises devem ser englobadas na categoria de forças dominantes.

Essa teoria não foi desenvolvida por Marx. Sua argumentação parece seguir a idéia de que não haveriam leis gerais e permanentes no que se refere à economia, considerando que o que existem são tendências que de uma forma ou de outra podem ser sempre compensadas. Assim suas crises são sempre fenômenos transitórios, fruto de um tipo de “atraso” que emerge da separação temporal entre o processo de produção e o ato de venda do produto ou de ato de venda e uma decisão de compra.

A contribuição de Marx é de grande importância no sentido de chamar atenção sobre como a própria lógica monetária do sistema de produção capitalista traz em si a possibilidade de crises, porém é limitada pela falta de uma proposta de uma teoria geral sobre o nível e tendência do produto.

III.2 - O princípio da demanda efetiva em Kalecki

A partir da crítica de Marx à lei de Say e aceitando os aspectos estritamente econômicos da teoria do valor e distribuição clássica, Kalecki procura desenvolver uma nova teoria do produto e acumulação. Propondo o desenvolvimento dos esquemas de reprodução apresentados por Marx e uma forma de explicar as crises como fenômenos que podem ter efeitos de longo prazo no nível normal do produto.

A proposta de Kalecki então é a seguinte: à partir de uma teoria do valor e distribuição baseada na noção clássica do excedente, o mecanismo que descreve a relação entre poupança e investimento e proporciona a base para uma teoria do produto se baseia no princípio da demanda efetiva.

A formulação kaleckiana do princípio da demanda efetiva tem como ponto de partida a idéia de que não existem garantias de que a demanda agregada pode ser suficiente para absorver o produto gerado pela utilização normal do estoque de capital existente. Um dos componentes da demanda agregada, o investimento, será o determinante do nível de poupança no sistema. Kalecki exclui desta análise a possibilidade de que desequilíbrios em um setor isolado da economia possam ocorrer como consequência de desproporções entre os setores produtivos, já que a sua idéia é trabalhar com uma análise de longo prazo.

Utilizando o princípio da demanda efetiva para fazer a ponte entre uma teoria do valor e distribuição e uma teoria do produto, podemos enxergar dois caminhos teóricos: um com base em uma crítica à teoria monetária da escola marginalista, porém utilizando sua teoria do valor, que foi utilizado por Keynes. E outro com uma teoria do valor base na abordagem do excedente como a proposta pelos autores clássicos, e assim uma crítica em termos reais à teoria marginalista, não limitada somente aos seus aspectos de teoria monetária. Essa crítica se configurou na década de 1960 e ficou conhecida na história do pensamento econômico como “a controvérsia do capital”.

Para se utilizar o princípio da demanda efetiva em conjunto com uma teoria do valor baseada na abordagem do excedente Kalecki contesta a análise clássica do produto e acumulação com base na lei de Say, em suas palavras:

“ a conclusão de que o consumo dos capitalistas eleva seus lucros contradiz a crença comum de que quanto mais é consumido menos é poupado. Essa crença, que é correta para o capitalista individual, não se aplica à classe como um todo. Se alguns capitalistas gastam dinheiro, em investimento ou em bens de consumo, seu dinheiro vai, em forma de lucro, para outros capitalistas. O investimento ou o consumo de alguns capitalistas cria o lucro dos outros. Os capitalistas como classe ganham exatamente tanto quanto investem ou consomem, e se – num sistema fechado – parassem de investir e consumir, eles não ganhariam qualquer dinheiro.”(Kalecki, 1933; pp.39-40)

No mesmo artigo de 1933, Kalecki concede que permanece ainda a questão de que, se não provém de um fundo de poupança fruto da frugalidade dos capitalistas, de onde viriam os meios para essa classe realizar gastos com investimento ou seu consumo pessoal. Assim como a crítica de Marx sobre a lei de Say, a resposta se encontra no aspecto monetário do sistema capitalista. Na concepção kaleckiana, os capitalistas enquanto classe não precisam de dinheiro proveniente de alguma decisão anterior de poupança para realizar o processo produtivo, pois a despesa de um capitalista é o lucro de outro. A concepção do senso comum sobre o retorno de um investimento costuma focar no indivíduo que realiza o investimento e gradualmente, ao longo do tempo, recupera o capital investido. Este raciocínio ignora o outro lado da transação e o papel do investimento como demanda. O outro lado da moeda do indivíduo que decidiu realizar o investimento é o indivíduo que vendeu para ele o bem de capital, sob o ponto de vista deste ator o investimento do primeiro indivíduo é o seu lucro, realizado imediatamente na venda do bem de capital. Considerando assim o sistema como um todo, os gastos

realizados por um indivíduo ou firma em um setor aparecem imediatamente como lucros para todos os indivíduos ou firmas envolvidos no setor que produz o produto adquirido.

A argumentação de Kalecki sobre o funcionamento do princípio da demanda efetiva é completamente independente de qualquer hipótese adicional sobre o funcionamento do mercado monetário, apesar disso ele incorpora em seu artigo de 1933 questionamentos relativos ao mercado monetário e o potencial de crédito do sistema¹⁶. Um possível aspecto relativo ao mercado monetário que poderia afetar o nível do produto seriam aumentos na taxa de juros. Porém, se supõe que seu crescimento seja limitado de forma que aumentaria numa taxa mais devagar que a rentabilidade bruta do capital, de modo que o efeito estimulante desta sobre o investimento, ponderado com o efeito restritivo da taxa de juros, ainda seja positivo. Nas palavras do próprio Kalecki: “se esta taxa aumentasse suficientemente rápido para anular a influência da rentabilidade bruta, a expansão econômica seria impossível”¹⁷.

De posse de uma teoria do produto construída sobre a argumentação kaleckiana, podemos resgatar a teoria do valor e distribuição dos clássicos, construída com categorias e interações de aspecto econômico, em contraste com hipóteses psicológicas sobre hedonismo e utilidade, e articular uma compreensão do processo de acumulação com a possibilidade de crises do sistema, levando em conta o princípio da demanda efetiva.

III.3 - O princípio da demanda efetiva em Keynes

Como mencionado anteriormente, além da formulação de Kalecki para o princípio da demanda efetiva, temos uma outra proposta, a formulação de Keynes. Se aceitamos que as duas formulações são equivalentes sob o ponto de vista de suas implicações, em que sentido entendemos que a formulação kaleckiana seria preferível à de Keynes?

Primeiramente, como afirmado durante este trabalho, entendemos que existe uma separação entre uma teoria do valor e distribuição e uma teoria da produto e acumulação, e a

¹⁶Kalecki (1933) conclui que os aspectos “técnicos” do mercado monetário tem como implicação que o aumento do crédito ofertado é praticamente certo, dado que aumentos nos lucros da classe capitalista, provenientes de maiores gastos em consumo e investimento, se refletem num aumento da produção agregada, e este aumento causa uma demanda maior por dinheiro em circulação, que tenderia a ser compensada por um aumento na oferta de crédito.

¹⁷É interessante aqui notar a semelhança desta argumentação com o princípio antrópico considerado na filosofia da ciência. Ao se depararem com o fato de que mudanças de magnitudes infinitesimais no valor de constantes físicas fundamentais resultam em um universo onde a vida humana seria impossível, este princípio propõe que qualquer teoria válida sobre o universo deve ser consistente com a existência de vida humana. Na formulação de Stephen Hawking: “Vemos o universo da maneira como ele é porque, se fosse diferente, não estaríamos aqui para vê-lo”. De forma semelhante, observando que o crescimento econômico é um fato, teorias econômicas com parâmetros que impossibilitem o crescimento não podem ser válidas.

conexão entre estas duas seria o mecanismo que descreve a relação entre poupança e investimento. Aceitando o princípio da demanda efetiva como a descrição correta desta relação, ele não é, em si, uma teoria. De fato, ele requer uma teoria subjacente, conforme afirmado por Possas:

“(...)ele [o Princípio da Demanda Efetiva] constitui de fato um princípio básico, universal, a ser respeitado por qualquer teoria econômica do capitalismo, mas que em si mesmo não constitui em uma teoria.” (Possas, 1987)

A teoria subjacente de Kalecki é a teoria clássica baseada na abordagem do excedente. Keynes tem como base teórica a teoria do valor e distribuição marginalista, e utiliza o princípio da demanda efetiva como instrumento de crítica ao aspecto monetário desta teoria. Questões sobre o valor e distribuição não são consideradas ou discutidas, sendo plenamente aceitas, na concepção da teoria marginalista, a partir do seu “primeiro postulado”¹⁸.

A forma como Keynes introduz o princípio da demanda efetiva é semelhante à crítica de Marx à utilização da lei de Say, na medida que se concentra nas consequências da presença de moeda numa economia monetária capitalista. A presença de moeda no sistema implica que pode haver o problema de realização, pois parte da renda pode não ser gasta, implicando que a demanda agregada em termos monetários seja menor que o valor total do produto em preços normais¹⁹.

Keynes aponta que no esquema analítico marginalista, a introdução da moeda implica em alterações nas relações entre variáveis econômicas, em comparação com uma economia de escambo. As alterações de interesse especial para suas conclusões sobre o produto são as que ocorrem nos mercados de trabalho e de capital.

O raciocínio de Keynes, utilizando o instrumental teórico marginalista, sobre as interações destes dois mercados era o seguinte: em um mercado de trabalho onde os salários são pagos em moeda, é possível que as interações entre os mercados de capital e trabalho não fossem capazes de determinar o pleno emprego do fator trabalho. Supondo a existência de desemprego, o aumento da concorrência entre trabalhadores determinaria uma queda nos salários nominais²⁰. Essa queda dos salários nominais determina um movimento no mercado de trabalho na direção do aumento do uso do fator trabalho, por meio do mecanismo de

¹⁸Apresentado no cap. II da sua *Teoria Geral*, o primeiro postulado afirma que o salário é igual ao produto marginal do trabalho.

¹⁹Preços normais são o resultado da utilização normal da capacidade produtiva e incluem a taxa de lucro normal do sistema. É importante notar que Keynes trabalha com a análise marginalista, onde taxas de salário e lucro são definidas nos mercados de trabalho e capital.

²⁰Neste estágio ainda não existe motivo para supor queda nos outros preços da economia.

substituição. Este aumento do emprego, por sua vez, implica num aumento da produção, e consequentemente da renda nacional, que traz consigo um aumento da poupança agregada. Neste ponto temos a introdução do princípio da demanda agregada, no sentido de que se este aumento na poupança não tiver aumento correspondente no investimento, o nível de demanda agregada será insuficiente para absorver a expansão do produto nos preços normais do início do processo. Eventualmente este desequilíbrio entre demanda e produção acarretará uma queda no nível geral de preços, neutralizando o efeito inicial da redução dos salários nominais, causando um ciclo recessivo.

Seguindo a cadeia de raciocínio acima, podemos perceber como utilizando o princípio da demanda efetiva, Keynes descreve uma situação onde o equilíbrio de pleno emprego da teoria marginalista não seria o único possível, utilizando o instrumental teórico da própria teoria marginalista para criticá-la.

Admitindo que a situação proposta por Keynes poderia ocorrer, os marginalistas no entanto argumentam que ela não deveria influenciar sua análise de longo prazo baseada em suas teorias do valor e distribuição. No esquema analítico marginalista o investimento é somente a reintegração e expansão do capital, e uma função decrescente da taxa de juros, assim como a demanda por capital. A presença da poupança monetária não absorvida, que cria a insuficiência de demanda em primeiro lugar, deveria implicar em uma queda na taxa de juros no mercado de capital, determinando uma retomada do investimento de volta ao nível de plena utilização dos fatores.

A tréplica de Keynes se deu em uma concentração de seus esforços para demonstrar que o funcionamento do mercado monetário não seria tão simples quanto supunham os marginalistas, de modo que a taxa de juros não teria essa capacidade de desempenhar o papel equilibrador defendido por eles. Aqui a argumentação de Keynes passa pelo papel das expectativas e seu efeito na dinâmica do mercado monetário e na decisão de investimento, para explicar porque a taxa de juros não seria capaz de garantir o retorno do sistema ao estado de equilíbrio de pleno emprego.

Assim, consideramos que a implementação da Keynes do princípio da demanda efetiva seria problemática no sentido de que, ao não romper com a teoria do valor marginalista, se encontra limitado pelo uso de seu instrumental teórico. Ao introduzir as expectativas Keynes tem o mérito de aproximar a análise marginalista da complexidade dos movimentos econômicos do mundo real. Mas ao escolher não romper com a teoria do valor marginalista, ele deixou aberta a oportunidade para sua reincorporação ao esquema analítico que propôs criticar, agora como mero caso especial da teoria marginalista.

CONCLUSÃO

A preocupação durante este trabalho com a demonstração da independência analítica entre teorias do valor e distribuição e teorias do produto advém do fato que os autores clássicos estudados, ao utilizarem, ou ao menos ao não romperem, com a lei de Say e desenvolverem análises sobre a determinação do produto nos seus moldes, não invalidam a sua teoria do valor e distribuição subjacente baseada na abordagem do excedente.

Essa independência analítica é importante, se avançamos a proposição de que apesar de considerarmos suas teorias do produto com base em uma formulação mais ou menos consistente da lei de Say, a sua teoria do valor e distribuição não seria “contaminada” por este fato, podendo ser retomada com a utilização de uma outra concepção da relação entre poupança e investimento.

A possibilidade de uma crítica completa às teorias do produto com base na lei de Say, indicando a independência entre as decisões de poupança e investimento, e a consequente possibilidade de diferença entre a oferta e demanda agregada, só se tornou possível após a proposição do princípio da demanda efetiva por Keynes e Kalecki.

Adotando a formulação kaleckiana do princípio da demanda efetiva e observando a independência entre as teorias clássicas do valor e distribuição e suas teorias do produto, segundo Ciccone (1994 e 1998), temos a possibilidade de uma teoria do produto com base no princípio da demanda efetiva compatível com a teoria do valor e distribuição clássica que inclui uma análise da relação entre poupança e investimento utilizando os conceitos da abordagem do excedente para uma teoria do valor e da distribuição.

Essa formulação abre espaço para desenvolvimentos de teoria da acumulação e crescimento com resultados alternativos às visões de equilíbrio de pleno emprego, tornando possível as análises de crises no sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPROMOURGOS, T.; On the Origin of the Term ‘Neoclassical’, Cambridge Journal, Academic Press INC, London, 1986

ASPROMOURGOS, T.(1996); On the Origin of Classical Economics, Distribution and Value from William Petty to Adam Smith, Routledge, London, 1996

CICCONE, R.(1998), Surplus, in Salvatori, N. e Kurtz, H. D. (editores) , The Elgar Companion to Classical Economics, Edward Elgar, London, 1998

CICCONE, R. (1994), Surplus Approach, in Arestis, P. e Sawyer, M. (editores), The Elgar Dictionary of Radical Political Economy, Edward Elgar, London, 1994

EATWELL, J. (1983); “Theories of Value, Output and Employment” in Eatwell, J. & Milgate, M. (editores); Keynes’ Economics and Theory of Value and Distribution, Duckworth, London, 1983

GAREGNANI; P. (1960); Il capitale nelle teorie della distribuzione, Milano – Dott. A. Guiffre Editore (Publicazioni della Facolta di Economia e dell’Università di Roma), Third edition, 1978.

GAREGNANI, P. (1983); Notes on consumption, Investment and Effective Demand; in Eatwell, J. & Milgate, M. (editores); Keynes’ Economics and Theory of Value and Distribution, Duckworth, London, 1983

KALECKI, M. (1933); Esboço de uma teoria do ciclo econômico in KALECKI, M.; Crescimento e ciclo das economias capitalistas: ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli, Hucitec, 1977.

KEYNES, J.M.(1936); A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Nova Cultural, 1985.

MARX, K. (1867), O Capital: crítica da economia política, Coleção os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1985

MARX, K. (1954), Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico, Bertrand Brasil, 1987.

RICARDO, D. (1817), Versão de P.Sraffa. Principals of Political Economy and Taxation, Syndics of Cambrigde University Press, Cambridge, 1951.

SMITH, A. (1776), An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations, Cannan, E. (org), The Modern Library, New York, 1937

VEBLEN, T.(1919); The place of science in modern civilisation and other essays, B.W. Huebsch, New York, 1919.